

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
--------------------	----

AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E O PROCESSO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO

1	Considerações preliminares	17
2	Estado de direito democrático	18
3	Administração Pública democrática	19
4	Participação popular na Administração Pública	20
5	Processo administrativo	23
6	Audiência pública como instrumento de participação popular	25
7	Audiência pública e processo administrativo	27
8	Audiência pública e decisão administrativa	28
9	Previsões legais	30
9.1	O projeto de lei de processo administrativo	31
10	Conclusões	32
	Referências	33

CONTRATO DE GESTÃO E MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

1	Introdução	36
2	Modernização da Administração Pública	37
2.1	Reforma de Estado e reforma administrativa	37
2.2	Reformar e modernizar: significado e alcance das ações de transformação administrativa	39
2.3	Uma experiência recente: a reforma da Administração Pública em Portugal (2003)	42
2.4	Tendência do Estado contemporâneo: a política de modernização administrativa	43
3	Contrato de gestão na Constituição de 1988: o §8º do art. 37	45
3.1	Contrato de gestão no <i>Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado</i> (1995)	45
3.2	A matriz constitucional do contrato de gestão: uma inovação da EC nº 19/98	48
3.3	O contrato de gestão de base constitucional: proposta de definição	49

4	Contrato de gestão como instrumento de modernização da administração pública brasileira	50
4.1	Contrato de gestão como acordo administrativo organizatório	50
4.2	Contrato de gestão como instrumento de programação administrativa derivada.....	51
4.3	Contrato de gestão e contratualização do controle administrativo.....	53
4.3.1	A avaliação de desempenho e de resultados: especificidades a partir do sistema administrativo brasileiro.....	56
4.4	O caso paradigmático na esfera federal: a modernização do Inmetro operada pela via do contrato de gestão.....	60
4.4.1	As agências executivas: considerações a respeito do modelo instituído	60
4.4.2	Contratos de gestão do Inmetro: a terceira geração (2003-2005)	64
4.4.3	Síntese crítica	67
4.5	Reemergência do contrato de gestão: as experiências dos estados de Minas Gerais, Pernambuco e Santa Catarina	68
5	Considerações finais.....	72
	Referências.....	74

A ARBITRAGEM E AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS.....		79
1	Contextualização.....	79
2	Uma nova contratualização administrativa: rumo à paridade nas relações contratuais?	87
3	A arbitragem no direito brasileiro	96
4	Conciliando a arbitragem com as parcerias público-privadas.....	103
5	Considerações finais.....	109
	Referências.....	111

GESTÃO PRIVADA DE RECURSOS PÚBLICOS PARA FINS PÚBLICOS: O MODELO DAS OSCIP		117
1	Introdução.....	117
2	Terceiro setor e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)	120
3	OSCIP e gestão privada de recursos públicos para fins públicos.....	125
3.1	Estado Contratual e Estado Financiador: parcerias e fomento público	125
3.2	Gestão privada de recursos públicos para fins públicos: balizamentos e regime jurídico.....	130
4	Repasses financeiros para as OSCIP	135
4.1	As denominadas “transferências voluntárias” e as OSCIP	136
4.2	Auxílios	139
4.3	Contribuições	140
4.4	Subvenções sociais.....	141
5	A formalização jurídica dos repasses financeiros para as OSCIP.....	142
5.1	Convênios	143

5.2	Termos de Parceria da Lei federal nº 9.790/99	147
5.3	Contratos de repasse	150
6	Considerações finais	151
	Referências	153

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DEMOCRÁTICA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS.....		159
1	Contextualização.....	159
2	Estado Democrático de Direito e Administração Pública democrática.....	162
3	Administração Pública democrática e participação administrativa....	168
4	Administração Pública democrática e efetivação de direitos fundamentais.....	173
5	Considerações finais	181
	Referências	183

AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: COMENTÁRIOS À MEDIDA CAUTELAR DA ADIn Nº 1.923/DF		189
1	Introdução.....	189
2	As Organizações Sociais na Lei federal nº 9.637/98	192
3	Análise da decisão proferida na Medida Cautelar da ADIn nº 1.923/DF: reflexos na continuidade e na propagação do modelo das Organizações Sociais	195
3.1	Contextualização político-institucional e dogmática da matéria	195
3.2	A Organização Social como entidade da Administração Pública indireta e a figura do contrato de gestão	198
3.3	A “privatização das funções estatais” e as Organizações Sociais	200
3.3.1	Estado contratual e Estado financiador: a importância dos instrumentos de colaboração público-privada no mundo contemporâneo.....	201
3.4	As Organizações Sociais e a submissão à obrigatoriedade da licitação.....	204
3.5	Síntese opinativa	206
4	Considerações finais sobre a relação entre a decisão proferida na Medida Cautelar da ADIn nº 1.923/DF e o terceiro setor no Brasil	206
	Referências	207

A ADMINISTRAÇÃO CONSENSUAL COMO A NOVA FACE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO SÉCULO XXI: FUNDAMENTOS DOGMÁTICOS, FORMAS DE EXPRESSÃO E INSTRUMENTOS DE AÇÃO.....		211
1	Introdução.....	211
2	Estado em rede e governança pública	213

3	Administração consensual: concepção teórica e fundamentos dogmáticos.....	217
4	Formas de expressão e instrumentos de ação da Administração consensual.....	222
5	Considerações finais.....	228
	Referências.....	229

**RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO:
REFLEXÕES A PARTIR DO DIREITO FUNDAMENTAL
À BOA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**.....

1	Introdução.....	233
2	Síntese evolutiva das teorias.....	235
2.1	Teoria da irresponsabilidade.....	235
2.2	Teorias civilistas.....	235
2.3	Teorias publicistas.....	236
3	Evolução no direito brasileiro.....	237
3.1	A interpretação do §6º do art. 37 da Constituição de 1988.....	238
4	Causas excludentes e atenuantes.....	239
5	Responsabilidade por atos judiciais.....	240
6	Responsabilidade por atos legislativos e normativos.....	241
7	A reparação do dano: a relevância dos aspectos processuais.....	242
8	Perspectiva da temática e considerações finais.....	243
	Referências.....	245